

AGRICULTURA FAMILIAR E PREVIDÊNCIA SOCIAL: ENVELHECENDO NA POBREZA?

Nádia Velleda Caldas¹
Flávio Sacco dos Anjos²

RESUMO

O propósito deste estudo é analisar empiricamente como a previdência social rural influenciou a dinâmica da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como base uma pesquisa realizada entre 2003 e 2004, havendo sido aplicados questionários estruturados em 238 estabelecimentos rurais. Os resultados indicaram a importância dessa política pública para a reprodução social das famílias rurais, particularmente entre os pequenos proprietários. A hipótese que aponta o papel da previdência no financiamento indireto da agricultura foi igualmente confirmada, especialmente naquelas regiões onde as famílias contam com reduzidas oportunidades de emprego e renda.

Termos para indexação: seguridade social, campesinato, pobreza rural.

FAMILY FARMING AND SOCIAL SECURITY: GROWING OLD IN POVERTY?

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyse empirical data collected in context of different communities in order to answer how the social security affects the dynamics of family farming in the state of Rio Grande do Sul. The built database of the research was based on 238 questionnaires applied in rural properties in the years 2003 and 2004. The main results point toward a confirmation of the hypothesis on the importance of social security for the maintenance of the material conditions required to the social reproduction among rural families, especially among small farmers. The hypothesis of the importance of the social security as an indirect financing source for the agriculture in family farms has been also confirmed, specially in those regions where economic opportunities to the rural population are limited.

Index terms: social security, peasantry, rural poverty.

¹ Licenciada em Ciências Sociais, doutoranda em Sistemas de Produção Agrícola Familiar pela Universidade Federal de Pelotas (PPGSPAF/Faem/UFPel), Bolsista do CNPq e da Capes (Doutorado-Sanduiche), Rua Barão de Santa Tecla, 1275 apto 21, CEP 96010-140, Pelotas, RS. velleda.nadia@gmail.com

² Engenheiro-agrônomo, Doutor em Sociologia, Pesquisador do CNPq, Professor do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Campus Universitário s/nº, Caixa-Postal 354, CEP 96001-970, Pelotas, RS. fsacco2000@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Transcorridos quase 20 anos da promulgação da Constituição brasileira, as opiniões de analistas políticos e cientistas sociais se dividem quanto aos avanços que a nova Carta Magna foi capaz de engendrar na perspectiva da redução das desigualdades e dos desequilíbrios regionais. Há, entretanto, um certo consenso quando a discussão recai sobre o tema da previdência social rural. O marco fundamental das mudanças coincide com o surgimento das leis 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 2001a, 2001b), que instituem a condição de “segurado especial” aos trabalhadores rurais e produtores que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar, entendida aqui como inexistência de contratação de mão de obra permanente ou eventual.

Não se trata da simples concessão de um benefício a uma parcela da população acostumada às vicissitudes de uma atividade profissional pouco reconhecida pela sociedade e permanentemente refém dos caprichos da natureza, mas do resgate de uma das grandes dívidas que historicamente o País contraiu ao renunciar ao compromisso de empreender mudanças estruturais absolutamente imprescindíveis. Os benefícios pagos à clientela rural representam, como indicam certos estudos, não apenas a manutenção do agricultor ou da agricultora, mas um mecanismo de sustentação material de outros membros da família, que momentânea ou permanentemente encontram-se na condição de desempregados e/ou subempregados³, assim como de jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Por sua vez, estudos recentes (BALSADI, 2005) dão conta de que apenas no período compreendido entre 1999 e 2003 foram extintos 963 mil empregos no setor agropecuário, dado esse que expressa a dimensão das transformações que atravessam o campo brasileiro nesse começo de milênio no que diz respeito à ocupação da população rural. Seguramente é essa uma das formas por onde é possível entender o crescimento do que genericamente poder-se-ia chamar de “novos atores sociais” no campo brasileiro. Esse entendimento compõe parte das conclusões apontadas pelo Projeto Rurbano⁴, cujas pesquisas trazem à tona a existência de novas dinâmicas que atravessam, desde o final dos anos 1980, os espaços rurais e as regiões não metropolitanas de nosso território (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 101).

³ Entende-se por desempregado a pessoa que se encontra sem emprego, ao passo que subempregado vem a ser o indivíduo que sobrevive de ocupações precárias e em caráter eventual.

⁴ Ver a propósito: www.eco.unicamp.br/nea/rurbano.

Nessa perspectiva, é destacado o papel que desempenham as rendas e atividades não agrícolas, não só para a permanência da população no campo (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; DEL GROSSI, 1999), mas, sobretudo, para a viabilização da agricultura familiar. O elemento novo desses estudos, e que suscita o debate entre os estudiosos, prende-se à discussão sobre uma outra questão, qual seja, a de que num contexto geral em que se reduziram os apoios gerais à agricultura, em meio ao fim do crédito rural subsidiado, houve também a abertura da economia ao ingresso de produtos importados e um escasso apoio ao setor familiar da agricultura nacional. Diante dessa conjuntura, os chamados recursos previdenciários estariam assumindo o papel de uma espécie de “seguro agrícola” ante a reiterada instabilidade dos mercados e a precariedade das políticas de apoio às atividades agrícolas. É essa a conclusão dos estudos de Delgado e Cardoso Júnior (1999, 2000); Caldas e Sacco dos Anjos (2004). Concretamente, eles indicam que os benefícios previdenciários estariam, indiretamente, financiando⁵ as atividades produtivas, em lugar de servirem de instrumento exclusivo de sobrevivência das pessoas. Do mesmo modo, estudos como o de David et al. (1999) ressaltam o papel da previdência social rural enquanto instrumento de combate à pobreza rural.

Se essa é uma assertiva inquestionável, as opiniões se dividem em torno da questão do seguro agrícola formulada por Delgado e Cardoso Júnior (2000, p. 51). Outrossim, apesar da importância intrínseca desses estudos, as análises realizadas usualmente privilegiam a dimensão estritamente estrutural e macrosociológica do tema em apreço, desprestigiando, em sua grande maioria, uma abordagem a partir do ponto de vista dos próprios atores sociais envolvidos. Objetivamente, caberia indagar: de que elementos se dispõem para fazer esse tipo de afirmação? Ao se admitir como válida essa questão, quais seriam as condições e circunstâncias que levam os produtores a esse tipo de destinação dos recursos previdenciários? Portanto, vale perguntar: há estratos específicos da agricultura familiar onde essa tendência é recorrente, como no caso de explorações que não conseguem acessar o crédito rural oficial? Difundiu-se entre os meios intelectuais e políticos a tese da reforma do sistema previdenciário,

⁵ O estudo de Biolchi (2002) aponta exatamente o contrário em relação a essa tese. Essa autora argumenta que os recursos previdenciários não estariam cumprindo esse papel de indiretamente financiar atividades agropecuárias.

e há indícios claros de que podem ser introduzidas modificações no marco legal, retirando a condição de “segurado especial” aos agricultores familiares⁶ e trabalhadores rurais⁷. A tese da universalização dos direitos sociais cederia passo a outros objetivos, orientados a defender o império do ajuste fiscal e das contas públicas. No momento em que se insurge um novo ciclo de reformas, torna-se ainda mais relevante examinar a real dimensão da previdência social rural de suas implicações sociais e políticas.

O MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O estudo aqui apresentado parte dos dados gerados por uma pesquisa interinstitucional, intitulada “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul”⁸, conduzida pelos Programas de Pós-graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e de Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a qual contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Trata-se de uma investigação levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, relativas às microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (Serra Gaúcha), Cerro Largo (fronteira com Argentina) e Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina). No Estado do Rio Grande do Sul, o universo amostral correspondeu a cerca de 2.500 estabelecimentos rurais. Mas, apesar de identificarem-se plenamente com a hegemonia da agricultura familiar enquanto forma social de produção preponderante, as quatro microrregiões são portadoras de diferenças substanciais do ponto de vista da dinâmica territorial de desenvolvimento dominante. Em cada uma delas, foi escolhido um município representativo dessa mesma dinâmica, de cujo universo de

⁶ *Segurados especiais* são assim considerados os produtores rurais (proprietários, parceiros, meeiros, arrendatários e comodatários) e pescadores artesanais, que trabalham individualmente ou em regime de economia familiar sem empregados. Quando o regime é de economia familiar, enquadram-se como segurados especiais os cônjuges (marido e mulher) e os filhos maiores de 14 anos não emancipados que comprovadamente trabalham com o grupo familiar. A contribuição ao sistema ocorre por meio de um desconto de 2,3% na comercialização dos produtos agropecuários.

⁷ Sobre esse tema, ver o estudo de Schwarzer (2001).

⁸ Doravante será aqui referida como Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPEL/UFRGS, 2004.

estabelecimentos existentes foi extraída uma amostra de 9% das explorações familiares. Esse procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado, do qual resultou a geração de um banco de dados, com a utilização do software *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), de aproximadamente 1.300 variáveis.

O objetivo geral da pesquisa foi o de examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das atividades e rendas agrícolas e não agrícolas. O que aqui examinaremos é uma parcela dos dados, no que se refere especificamente à previdência social rural. Nesse contexto, indaga-se: qual a real transcendência dos benefícios previdenciários em cada uma das regiões de estudo? As condições locais em que opera a dinâmica da agricultura familiar regional afetam o nível de protagonismo de aposentadorias e pensões para a reprodução social dessas famílias? Qual a efetiva destinação dos recursos previdenciários? As atividades agropecuárias estão sendo indiretamente financiadas por aposentadorias e pensões, tal como sugerem alguns estudos aqui referidos? São essas as grandes questões a serem exploradas neste artigo.

Há que esclarecer, todavia, alguns pressupostos metodológicos que determinaram a definição de nossa unidade amostral. O estudo elegeu a agricultura familiar como categoria de análise, e, diante dessa opção, surgem certas dificuldades operacionais do ponto de vista da definição do universo amostral. Tradicionalmente, quando se fala de agricultura familiar e de outras categorias correlatas (colono, pequeno produtor, produtor de baixa renda, agricultor de subsistência), aparecem associadas quatro dimensões fundamentais, quais sejam: a *unidade de produção* (o estabelecimento rural onde se pratica alguma exploração animal, vegetal ou de transformação agroindustrial), o *grupo doméstico* (conjunto de pessoas que compartilham laços de parentesco e consanguinidade e um mesmo espaço vital, podendo a ele pertencer outros membros não consanguíneos), a *unidade de residência* (a morada), e, finalmente, a *unidade de consumo* (uma família que produz e trabalha em regime de economia familiar com vistas a viabilizar o sustento material de todo o grupo).

Nesse sentido, os autores da pesquisa coincidem com Carneiro no entendimento de que

[...] a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção

para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se da inter-relação entre os domínios do parentesco e do trabalho. É dessa inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos seja na unidade familiar ou na de produção. (CARNEIRO, 2000, p. 155)

Além desses elementos conceituais acrescentam-se outros quatro aspectos operacionais, os quais ajudaram a discernir situações duvidosas na pesquisa de campo. Assim, na composição do universo amostral, orientou-se o trabalho com base em outros pressupostos no que toca à situação das famílias rurais investigadas. O marco referencial prende-se às situações em que não houve contratação de trabalho externo em proporção que superasse ao fornecido pela própria família ao longo do ano agrícola 2001-2002. Em caso de haver agricultores familiares que empregaram trabalhadores temporários ou permanentes, a quantidade total anual de trabalho contratado não deveria ultrapassar a força de trabalho aplicada pela própria família. Caso contrário, seriam descartados de integrar a unidade amostral.

Consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade, decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a quatro módulos fiscais⁹. Outrossim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mas nesse caso haveria que existir pelo menos a produção para o autoconsumo familiar ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de outras atividades agrícolas ou não agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2001-2002.

O método para amostragem utilizado no levantamento de dados deste projeto de pesquisa foi o da “amostragem sistemática por comunidade”, que é considerada uma pesquisa amostral não probabilística. Nesse tipo de pesquisa, o erro amostral pode ser aproximado ao da amostragem aleatória simples. Paralelamente, efetuamos a coleta de dados a respeito dos benefícios concedidos às pessoas residentes nas quatro microrregiões estudadas (Pelotas, Caxias do Sul, Cerro Largo e Frederico Westphalen), junto às Gerências Regionais do

⁹ O módulo fiscal é definido no Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30/11/1964). Resumidamente podemos defini-lo como uma porção de terra capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, variando suas dimensões de acordo com a região e tipo de exploração.

Instituto Nacional de Seguridade Social. A atenção estava posta na identificação do tipo e valor dos benefícios recebidos durante o período correspondente ao ano agrícola 2001-2002. Realizamos também entrevistas com beneficiários (45) da seguridade social, visando investigar outros aspectos atinentes à destinação efetiva dos recursos.

A primazia concedida a essa perspectiva microanalítica decorre do reconhecimento da especificidade da agricultura familiar enquanto forma social de produção. Ela é portadora de uma dinâmica de funcionamento e de uma racionalidade peculiar que orienta suas escolhas frente ao universo mais amplo em que se acha inserida. A previdência social representa, na atual conjuntura, um elemento decisivo a guiar as estratégias por parte dos indivíduos e da família enquanto ator social coletivo, não apenas subordinadas às circunstâncias imediatas, mas do que acertadamente Wanderley define como sendo o “horizonte das gerações”. De outro modo poder-se-ia dizer que:

Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento - em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes - a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes (WANDERLEY, 1999, p. 29).

São esses os grandes traços que definem o referencial sobre o qual se desenvolveu esta pesquisa. Analisemos agora o contexto empírico da investigação e as características fundamentais da agricultura familiar nas quatro grandes áreas estudadas.

O UNIVERSO EMPÍRICO DA INVESTIGAÇÃO

Neste tópico são elencadas algumas das características fundamentais das áreas estudadas que fizeram parte desta pesquisa. Essa breve e esquemática contextualização dos casos levantados permite antever alguns dos aspectos subjacentes ao tema da previdência social rural do ponto de vista das grandes questões formuladas no problema de pesquisa anteriormente referido. Na Tabela 1, há algumas informações gerais referentes aos municípios investigados, as quais serão comentadas respectivamente para cada um dos estudos de caso.

Tabela 1. Produto Interno Bruto, PIB per capita, IDH e outros indicadores referentes aos estudos de caso da Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS, 2004.

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
PIB Municipal (2001) em mil R\$	60.800,7	263.078,3	34.951,3	33.405,7
PIB per capita em R\$	10.195	13.365	13.154	7.307
IDH Municipal (2000)	0,770	0,850	0,813	0,767
Valor bruto da agropec. em mil R\$	5.952,4	13.761,4	5.690,0	6.575,0
População total	5.998	19.460	2.665	4.620
População rural	3.847	3.449	1.815	2.900
Nº total de estabelecimentos (IBGE)	745	683	608	740
Área média dos estabelecimentos	22,79	23,19	14,11	19,66
Nº de explorações familiares ⁽¹⁾	713	659	597	724
Nº explorações pesquisadas	62	59	58	59

⁽¹⁾ Segundo critérios adotados pelo Incra/Sade.

Fonte: Incra (2004), Censo Agropecuário 95-96 (IBGE, 1998), Censo Demográfico 2000 (IBGE 2003); Estatísticas FEE (2001).

Morro Redondo e microrregião de Pelotas

Morro Redondo é uma localidade situada na microrregião de Pelotas, fazendo parte do que é também definido como “Serra dos Tapes”. Trata-se de um município que até 1988 pertencia a Pelotas, marcado, sobretudo, pelos traços da imigração alemã e italiana iniciada na segunda metade do século XIX. A agricultura representa o setor econômico mais importante e as poucas indústrias existentes acham-se vinculadas ao ramo da alimentação, especialmente o

pêssego que, indiscutivelmente, é a principal atividade produtiva dessa localidade, que possui o segundo Produto Interno Bruto a preços de mercado (FEE, 2001) dentre os quatro estudos de caso. Entretanto, quando analisamos o PIB per capita, Morro Redondo cai para o penúltimo posto, situação que se repete quando examinamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A leitura de paisagem que desenvolvemos no marco desta pesquisa revelou um cenário onde a crise de perspectivas parece bastante evidenciada no discurso dos entrevistados. A fruticultura de clima temperado, com ênfase no pêsssego, atravessa a queda nos preços pagos pelas indústrias, situação essa que se arrasta ao longo das três últimas décadas, agravada ainda mais pela elevação nos custos de produção dos pomares. A cultura do fumo tem ampliado o número de produtores integrados às empresas em face da escassez de alternativas econômicas para as famílias rurais.

O quadro geral é preocupante na medida em que não são poucas as comunidades de Morro Redondo que, dia após dia, transformam-se em bairros rurais de uma população empobrecida que depende essencialmente dos recursos previdenciários e de ajudas governamentais. Trata-se, portanto, de uma agricultura familiar que enfrenta estagnação e crise de expectativas. Dos 5.998 habitantes de Morro Redondo, 64,1% residem no perímetro rural. A área média dos 745 estabelecimentos rurais identificados no censo agropecuário 1995/1996 do IBGE (1998) é de 22,79 hectares. Nada menos que 55,7% deles possuem até 20 hectares, dos quais 713 são considerados familiares, segundo os critérios do Incra/Sade (INCRA, 2004). Além disso, como informa a mesma fonte, o valor bruto total da produção é de R\$ 5.952.000,00, onde 79,2% são gerados no âmbito da agricultura familiar. Em Morro Redondo, foram entrevistados 62 estabelecimentos, ou seja, 9% do universo de explorações familiares existentes no município. Os aspectos gerais de Morro Redondo são representativos¹⁰ de outras localidades da microrregião de Pelotas, particularmente os que se situam na região serrana de Canguçu, São Lourenço e Pelotas.

¹⁰ Conforme explicitado em Sacco dos Anjos e Caldas (2006) e Sacco dos Anjos e Schneider (2004), trata-se de uma microrregião no qual a formação econômica e sociocultural foi profundamente afetada pela colonização europeia cujos municípios conformam uma zona fisiográfica conhecida como “Serra dos Tapes”.

Veranópolis e a microrregião de Caxias do Sul

Veranópolis se destaca como o município com maior Desenvolvimento Humano dentre os quatro municípios estudados, com IDH igual a 0,85 (ver Tabela 1). Conhecido nacionalmente como a “capital da longevidade”, situa-se na Serra Gaúcha e possui uma economia diversificada e dinâmica. As atividades industriais, particularmente as do ramo de calçados, metalurgia e alimentos, favorecem a manutenção de um tecido produtivo denso, responsável pela ocupação de um grande número de trabalhadores procedentes de outros municípios, muitos dos quais foram atraídos pela recente abertura de novos postos de trabalho.

Ainda assim, boa parte da mão de obra é formada pelos chamados “colonos-operários”¹¹, os quais alternam a jornada de trabalho nas fábricas com as atividades agropecuárias em seus próprios estabelecimentos. Na agricultura, a produção animal (avícola, suinícola e pecuária leiteira) e a vitivinicultura sobressaem-se como atividades de grande expressão econômica e social (RADOMSKY, 2006). São essas algumas das razões que explicam o fato do produto interno bruto (PIB) dessa localidade ser duas vezes superior à soma desse mesmo indicador nos três outros municípios pesquisados. Essa diferença faz-se igualmente notar à luz dos indicadores de desenvolvimento humano. Veranópolis apresenta o mais alto IDH dentre os municípios investigados. Dos 19.460 habitantes contabilizados no último censo demográfico, 17,7% vivem no perímetro rural. Há, não obstante, outro aspecto que se impõe, fazendo com que esse dado tenha de ser visto com certa cautela.

Ele diz respeito ao fato de que as condições de infraestrutura dessa localidade fazem com que em muitas partes do município as diferenças entre o ambiente urbano e rural sejam quase que imperceptíveis. Há comunidades rurais, por exemplo, que contam com serviço de iluminação pública e estradas asfaltadas. Boa parte dessa população é empregada em fábricas de calçados e metalúrgicas. Mas estar empregado em indústrias não implica ruptura em relação ao ambiente rural, posto que muitos desses trabalhadores seguem ali residindo. É por essa e outras razões que Veranópolis é considerada como um exemplo típico do padrão “Terceira Itália”, ou da chamada “industrialização difusa”, descrita em estudos como os de Saraceno (1994, 1994a).

¹¹ Sobre esse tema ver especialmente Seyferth (1974); Sacco dos Anjos (1995, 2003); Schneider (1999).

De acordo com o IBGE (1998), há 683 estabelecimentos rurais em Veranópolis, dos quais, 51,1% têm menos de 20 hectares. A área média, como indica a Tabela 1, é de 23,19 hectares. Segundo os critérios do Incra/Sade (INCRA, 2004), 659 estabelecimentos (96,5% do total) são classificados como unidades familiares de produção. Desse montante extraiu-se uma amostra de 59 estabelecimentos rurais de agricultores familiares (aproximadamente 9% do total), que foram submetidos à aplicação do questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária, como mostra a Tabela 1, ascende a R\$ 13.761.000,00, em que 90,4% é gerado no âmbito da agricultura familiar.

Salvador das Missões e a microrregião de Cerro Largo

Inserido na região missioneira gaúcha, na fronteira com a República Argentina, Salvador das Missões é um município influenciado pelos traços da cultura guaranítica, cuja história recente é marcada pelo assentamento de imigrantes alemães ocorrido no começo do século XX. Desde 1902, data de chegada dos primeiros moradores ao noroeste gaúcho, até a completa implantação das comunidades, foi sendo forjado um estilo de vida identificado com os mesmos traços da colonização germânica operada em outros rincões da geografia do Brasil meridional. A colônia, enquanto espaço de produção e reprodução social, e a “*stadtplatz*” (vila) como locus das atividades econômicas, sociais e sede administrativa (SEYFERTH, 1974).

A microrregião de Cerro Largo, como de resto o noroeste riograndense, passou por diversas fases, sendo a primeira correspondente à instalação, compreendendo a derrubada de florestas nativas e abertura de áreas para cultivo. A suinocultura foi a base econômica no espaço de tempo compreendido entre as décadas de 1950 a 1980, mantendo-se como alternativa de renda para um reduzido número de propriedades na atual conjuntura (WENZEL, 1997). O período compreendido entre 1970 e 1985 evidencia uma etapa caracterizada pela Revolução Verde, com ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais. Esse momento é marcado, entre outros aspectos, pela consolidação do binômio trigo-soja, haja vista a vocação natural dos solos para implantação de lavouras mecanizadas. Nas atuais circunstâncias as atividades agropecuárias representam, indiscutivelmente, o fulcro da matriz econômica e produtiva

dessa localidade, com ênfase nas culturas de soja, trigo, milho e sorgo, ao lado da produção leiteira, que vem recebendo incentivos e fomento por parte do poder público municipal.

O fato a ser destacado é que desde o chamado “*boom da soja*”¹² houve transformações profundas na fisionomia da região, sendo Salvador das Missões mais um exemplo emblemático dos efeitos da especialização produtiva no que afeta à expulsão reiterada da força de trabalho das explorações familiares. Na atual conjuntura os fluxos migratórios para outras regiões do estado e do País arrefeceram em decorrência do reconhecimento, por parte dos agricultores, de que os destinos tradicionais para os expulsos do campo, mormente grandes cidades e capitais, reduziram enormemente sua capacidade de absorvê-los enquanto força de trabalho industrial¹³.

Trata-se de um município jovem, emancipado de Cerro Largo em 1992, possuindo apenas 2.665 habitantes, dos quais 68% são considerados rurais. Essa localidade conta com um dos mais altos índices de alfabetização do Estado do Rio Grande do Sul. Esse dado e outros indicadores socioeconômicos, tais como renda per capita e expectativa de vida ao nascer, fazem com que Salvador das Missões possua um dos mais altos IDH da microrregião em que se encontra inserido. Situa-se no segundo posto entre os quatro municípios investigados em relação a esse quesito. Ainda que os dados do PIB total situem Salvador das Missões no terceiro posto, quando examinamos a situação do ponto de vista do PIB per capita, essa localidade aproxima-se bastante de Veranópolis. Pode-se comprovar que há uma melhor distribuição da riqueza, assim como a quase total inexistência de pessoas em situação de pobreza ou de indigência. O censo agropecuário do IBGE registrou a existência de 608 estabelecimentos rurais que possuem uma área média de 14,11 hectares, a mais baixa entre os quatro municípios estudados. Desse total, 597 (98,2%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo Incra/Sade (INCRA, 2004). Extraíu-se uma amostra de 58 estabelecimentos rurais de agricultores familiares (9,7%) que foram submetidos à aplicação do questionário estruturado. O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 5.690.000,00, sendo 95% proveniente da agricultura familiar.

¹² Trata-se da expansão na produção dessa oleaginosa, concomitantemente com um crescimento na área cultivada, impulsionado pelo impacto do crédito subsidiado no período compreendido entre 1965 e 1985.

¹³ Sobre esse tema ver especialmente Bandeira (2002).

Três Palmeiras e a microrregião de Frederico Westphalen

A microrregião de Frederico Westphalen é marcada pelos traços da colonização italiana e pela forte presença do elemento indígena. Como indica o estudo de Gazzola (2004), há uma elevada proporção de pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo o Município de Três Palmeiras, o qual, entre os quatro estudos de caso, é o que apresenta os piores indicadores socioeconômicos. O PIB per capita é 45,3% inferior ao de Veranópolis, em que pese ainda o fato de haver uma alta concentração de renda de uma população onde 62,8% das pessoas vivem no campo. Há um elemento que é recorrente em Três Palmeiras e em seu entorno, aspecto esse que já havíamos destacado ao comentar a situação de Salvador das Missões. Diz respeito aos efeitos produzidos pela aludida expansão da soja, que desde meados dos anos 60 ergue-se como atividade preponderante no âmbito do eixo norte-noroeste gaúcho. Ao longo do tempo outras atividades produtivas foram sendo abandonadas e até mesmo a esfera do autoconsumo, tão cara ao *ethos do colono*, foi severamente esvaziada, como afirmam Sacco dos Anjos et al (2004).

Como corolário da expansão da soja, há um aprofundamento do processo de mercantilização (CONTERATO, 2004) dos espaços rurais, no qual, em face do objetivo do produtor de rentabilizar ao máximo os fatores de produção, nem mesmo as áreas de hortas e os espaços anteriormente dedicados às criações de subsistência foram preservados¹⁴. Como indicado na Tabela 1, há 740 estabelecimentos rurais em Três Palmeiras, cuja área média é de 19,66 hectares. Desse total, 724 (97,8%) são classificados como unidades familiares de produção, segundo os critérios adotados pelo Incra/Sade (INCRA, 2004). O valor bruto da produção agropecuária ascende a R\$ 6.575.000,00, onde 72,4% procedem da agricultura familiar.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL E SUA IMPORTÂNCIA

Estabelecidas as bases teórico-metodológicas da investigação e discutidos os traços gerais dos estudos de caso que compuseram esta pesquisa, uma

¹⁴ Mesmo entre pequenos arrendatários e agricultores familiares, consolidou-se a prática da compra de todos os alimentos consumidos, até mesmo de verduras, leite e ovos. No trabalho de campo era bastante comum a presença de camionetas vendendo frutas e legumes junto às comunidades rurais.

primeira aproximação sobre o objeto central deste artigo é apresentada nos parágrafos que se seguem. Os dados da Tabela 2 mostram que o montante de recursos previdenciários (urbanos e rurais) varia bastante entre as quatro situações aqui analisadas. O destaque indiscutivelmente fica a cargo de Veranópolis. A população dessa localidade é 7,3 vezes superior a de Salvador das Missões, que, como vimos na Tabela 1, é o município com o menor número de habitantes entre os quatro estudados. Entretanto, como mostra a Tabela 2, o montante dos recursos previdenciários de Veranópolis é 22 vezes superior ao de Salvador das Missões. A explicação para esse dado há que ser buscada na elevada expectativa de vida das pessoas que nascem nesse lugar da Serra Gaúcha, que, como aludimos anteriormente, é a capital nacional da longevidade. Apesar do PIB municipal ser igualmente alto, em virtude do padrão de desenvolvimento atingido, não há como negar a grande influência que trazem consigo os recursos previdenciários, considerando uma participação nada desprezível (7,9%) na riqueza local. Seguem-lhe em ordem de importância Três Palmeiras (6,5%), Morro Redondo (4,5%) e Salvador das Missões (2,6%). Ao analisar os dados na perspectiva da “clientela rural”, a situação não se altera do ponto de vista da distância que separa Veranópolis dos demais estudos de caso. No ano de referência da pesquisa (2001), foram pagos 18.506 benefícios rurais (aposentadorias, pensões e toda espécie de auxílios) nessa localidade. Significa dizer que cada um dos 677 estabelecimentos rurais contou em média com 27,24 benefícios pagos em 2001, ou que, a cada mês, foram distribuídos 2,27 benefícios totais por estabelecimento, que equivalem a um ingresso monetário mensal de R\$ 427,91.

A transcendência dos recursos previdenciários pode ser avaliada por outro prisma, como mostram os dados da Tabela 2. Há em média 2,2 benefícios de duração continuada (aposentadorias, pensões e amparos) pagos mensalmente para cada estabelecimento rural de Veranópolis. Significa dizer que há aproximadamente duas pessoas aposentadas ou pensionistas do INSS em cada um dos 677 estabelecimentos rurais dessa localidade. Depois de Veranópolis é em Três Palmeiras que encontramos a maior contribuição relativa da previdência social rural entre os quatro estudos de caso para a formação do PIB municipal. Ainda que o montante seja bastante mais baixo, o total de benefícios rurais por estabelecimento/ano pode ser considerado alto (13,71), assim como o número médio por estabelecimento/mês (1,14) de benefícios de duração continuada. São nada menos que R\$ 213,60, em média, que

ingressam mensalmente em cada um dos 740 estabelecimentos de Três Palmeiras que, como dissemos, reúne os piores indicadores de desenvolvimento entre os quatro aqui estudados.

Diante desse quadro vemos confirmada a assertiva em relação à importância dessa política pública enquanto ferramenta de redistribuição da riqueza nacional. Ela incide tanto no âmbito dos municípios com elevado grau de desenvolvimento quanto nas localidades marcadas pela pobreza e desigualdade, reduzindo, ainda que timidamente, a distância que separa maiores e menores rendas. O último dado que merece ser destacado prende-se ao confronto entre o montante de recursos previdenciários e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Como é sabido, trata-se este de uma das principais receitas com que contam as pequenas municipalidades brasileiras. Em Morro Redondo, também não pode ser visto como desprezível o fato de que o montante dos recursos previdenciários seja quase 2,3 vezes maior que o FPM, ou que, sozinha, a previdência social rural supere em 22% essa mesma fonte orçamentária. Os dados aqui apresentados não fazem mais que confirmar o que inúmeros estudos realizados no País já haviam sublinhado.¹⁵

A PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Na seção precedente o esforço centrou-se na perspectiva de examinar o que informam as fontes secundárias a que se teve acesso. Nos próximos parágrafos, buscar-se-á retomar os questionamentos formulados no problema de pesquisa, tomando por base as fontes primárias desta investigação e as informações constantes no banco de dados da pesquisa. A Tabela 3 apresenta as diversas modalidades de rendas que conformam o ingresso econômico das 238 explorações investigadas. Os dados reunidos confirmam o que os dados secundários anteriormente comentados já indicavam.

Veranópolis se apresenta como uma localidade em que a renda total (somatório de todos os tipos de receitas) é a mais elevada entre os quatro estudos de caso desta investigação. Esse valor supera mais que duas vezes a renda total média de Morro Redondo e Três Palmeiras. Um outro dado que chama a atenção prende-se ao valor correspondente às rendas não agrícolas que, como

¹⁵ Ver a propósito França (2000).

Tabela 2. Alguns indicadores referentes aos municípios investigados.

Indicadores	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
PIB Municipal (2001) em R\$	60.800.700	263.078.300	34.951.300	33.405.700
Montante recursos previdenciários em R\$	2.722.379,10	20.493.083,08	908.891,55	2.161.233,31
% Montante rec. prev./ PIB Municipal	4,5	7,9	2,6	6,5
Fundo de Particip. dos Municípios em R\$	1.194.582,31	2.389.164,10	1.194.582,31	1.194.582,31
Montante de recursos prev. rurais em R\$	1.461.642,89	3.476.345,86	794.303,40	1.896.778,12
Nº total de benefícios rurais	7.844	18.506	4.269	10.144
Nº benef. rurais/estab./ano	10,59	27,24	7,04	13,71
Nº benef. rurais estab./mês	0,88	2,27	0,59	1,14
Nº de benef. de duração continuada ⁽¹⁾ /ano	7.832	18.072	4.078	9.823
Valor em R\$ /estab./ano	1.972,53	5.134,93	1.310,73	2.563,21
Valor em R\$ /estab./mês	164,38	427,91	109,23	213,60
Nº benef. duração continuada ⁽¹⁾ /mês/estab.	0,88	2,22	0,56	1,11
Nº estab. rurais (familiares ou não) ⁽²⁾	741	677	606	740

⁽¹⁾ Aposentadorias, pensões e amparos rurais.

⁽²⁾ Para efeitos de análise foram incluídos todos os estabelecimentos rurais, familiares ou patronais.

Fonte: Pesquisa de Campo CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004); Núcleo de Contabilidade Social, INSS, Gerências Regionais Pelotas, Passo Fundo e Ijuí (FEE, 2001).

anteriormente dito, provêm, em boa medida, dos salários dos “colonos-operários” pagos pelas fábricas de calçados e metalúrgicas da região. Também as rendas agrícolas são consideravelmente mais elevadas que nos demais municípios. As rendas de aposentadorias e pensões confirmam o que foi destacado na seção precedente. Um valor médio de R\$ 447 mensais ingressa no caixa das 59 famílias entrevistadas por conta dessa importante política pública. Esse é um valor bastante próximo ao que já fora detectado na análise e discussão dos dados secundários.

Inúmeros fatores contribuem, presumivelmente, para que a renda agrícola total de Veranópolis seja mais elevada que nas demais localidades examinadas: a proximidade com os grandes centros consumidores, as boas condições de infraestrutura produtiva e de escoamento da produção, etc. Todavia, não há como negar que a alta capacidade de investimento é favorecida pelos recursos que muitas famílias contam ao terem parte de seus membros como assalariados em fábricas e em outras atividades não agrícolas.

Tabela 3. Valores médios anuais por estabelecimento investigado, relativos à renda total, renda agrícola, renda de atividades não agrícolas, outras rendas de trabalho, rendas de outras fontes e rendas de aposentadorias e pensões nos quatro estudos de caso.

Tipo de renda média Por estabelecimento	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Renda total anual	12.480,92	26.634,45	18.280,52	10.911,51
Renda agrícola anual	6.176,64	14.518,23	11.416,77	7.959,79
Renda de atividades não agrícolas	2.339,16	5.617,07	3.243,02	722,20
Outras rendas de trabalho	423,66	380,34	471,28	472,88
Rendas de outras fontes	198,06	750,22	191,55	84,75
Renda de aposentadorias e pensões	3.343,40	5.367,58	2.957,91	1.665,79

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

Ironicamente, o trabalho de campo identificou um grande número de situações em que agricultores familiares de Veranópolis são obrigados a contornar as dificuldades advindas do cultivo de solos com grande declividade e afloramento de rochas, impedindo a mecanização das lavouras. Outro dado relevante é o fato de que justamente nessa localidade há um escasso número de contratos de financiamento por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). É justamente o alto nível de capitalização das propriedades que faz com que muitos produtores considerem esse programa muito aquém das suas necessidades de investimento, especialmente em se tratando de vinicultores e avicultores. Os recursos previdenciários reforçam essa capacidade de investimento das famílias na melhoria das condições em que se desenvolvem as atividades agropecuárias. Contrariamente, à exceção dos recursos previdenciários, as outras localidades não contam com condições e oportunidades similares que brindam o aludido “padrão terceira Itália” de desenvolvimento¹⁶, relativo a Veranópolis.

Outros aspectos devem ser ainda examinados. Os dados da Tabela 4 mostram que em 148 dos 238 estabelecimentos pesquisados, ou seja, em 62,2% do universo de explorações investigadas, havia a presença de aposentados e/ou pensionistas, fato que indica a ampla cobertura do sistema previdenciário no campo.

Entre as localidades pesquisadas, a maior incidência da seguridade social está em Veranópolis, onde em 78% dos domicílios pesquisados tem-se a presença de aposentados ou pensionistas. Logo após, vem Morro Redondo, onde quase dois terços dos estabelecimentos acham-se nessa situação. Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, a proporção de domicílios em que vivem aposentados e/ou pensionistas é de respectivamente 62,1% e 42,4%. Há um grave equívoco em algumas análises que insistem em considerar que o recebimento da aposentadoria ou pensão interrompe a atividade produtiva dos estabelecimentos familiares. Os fatos mostram que muitos dos beneficiários são os titulares da própria exploração, os quais, como já referido anteriormente, cumprem o papel de sustentar familiares em situação de desemprego ou subemprego.

¹⁶ Trata-se de um padrão de desenvolvimento cujos traços identificam-se claramente com a região conhecida como Terceira Itália, estendendo-se pelo norte, leste e centro desse país europeu, no clássico modelo de industrialização difusa. Essa associação é apresentada no Projeto CUT-Contag (1998). Ver também Sacco dos Anjos e Caldas (2006a).

Tabela 4. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a presença ou não de aposentados e/ou pensionistas no domicílio.

Presença de aposentados/ pensionistas no domicílio	Município				Total
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras	
Sim	41	46	36	25	148
Não	21	13	22	34	90
Total	62	59	58	59	238

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

Os dados da Tabela 5 trazem novos elementos a esse debate. Ao examinarmos o conjunto de 238 estabelecimentos pesquisados, vemos que a renda agrícola anual média das explorações que contam com aposentados e/ou pensionistas é ligeiramente inferior a dos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Entretanto, do ponto de vista da renda total média, as diferenças transparecem entre os dois tipos de exploração. Como mostra a Tabela 5, a renda total anual média das explorações com aposentados é de R\$ 19.271,19, ou seja, quase 45% superior a dos estabelecimentos sem aposentados.

Se esse é o comportamento da renda agrícola e total do ponto de vista do conjunto de estabelecimentos entrevistados, a análise desagregada por município revela algumas diferenças que merecem ser sublinhadas (ver Figura 1). Olhando sob o prisma da renda agrícola média total anual, vemos que em Veranópolis há uma diferença substancial dos estabelecimentos com aposentados

Tabela 5. Renda Agrícola e Renda Total nos estabelecimentos com e sem aposentados.

	Tipo de Renda	Valor em Reais (R\$)
Renda Agrícola	Com aposentados	9.901,11
	Sem aposentados	10.066,25
Renda Total	Com aposentados	19.271,19
	Sem aposentados	13.301,81

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

e/ou pensionistas, que é quase 33,0% superior aos estabelecimentos em que essa condição não se verifica. Mas essa diferença se amplia quando analisamos os dois tipos de explorações do ponto de vista da renda total. Ela é 36,1% maior nos estabelecimentos com aposentados que nos *sem* aposentados.

Em Morro Redondo, a situação se inverte. Os estabelecimentos *sem* aposentados apresentam uma renda agrícola 30,3% superior ao dos estabelecimentos *com* aposentados. Todavia, quando enfocamos a renda total a situação é diametralmente oposta, visto que nos estabelecimentos com aposentados esta é 43,9% maior se comparada com os demais estabelecimentos. A grande discrepância dá-se no Município de Três Palmeiras, onde a renda agrícola média total anual dos estabelecimentos *com* aposentados é de apenas R\$ 7.995,87, enquanto nos estabelecimentos *sem* aposentados ela atinge R\$ 13.450,67. A explicação para esse fenômeno há que ser buscada no fato de que nessa localidade existe uma grande distância que separa as explorações familiares. Num dos extremos temos unidades de produção altamente mecanizadas e integradas aos mercados, ao passo que no polo oposto há grupos domésticos que sobrevivem praticamente no limite da subsistência. Essa distância entre estabelecimentos *com* e *sem* aposentados se reduz do ponto de vista da renda total, mas ainda pode ser considerada como bastante expressiva (22,8%).

Em Salvador das Missões temos uma situação mais equilibrada do ponto de vista da renda agrícola. Outrossim, quando analisamos as duas classes de estabelecimento sob a ótica da renda total, há uma distância considerável entre ambas, considerando que essa é quase 52% maior nos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas. Apesar de estarmos diante de estabelecimentos familiares, não resta dúvida de que existem grandes diferenças entre ditas explorações. Examinemos a questão sob outra perspectiva.

Os dados que reunimos na Tabela 6 expõem um outro modo de captar a realidade do ponto de vista da diversidade de situações que se ocultam no universo da agricultura familiar gaúcha. Na primeira linha apresenta-se o percentual de explorações no qual a renda de aposentadorias e pensões supera a renda agrícola. Em Morro Redondo, em consonância com o que já havíamos referenciado, essa condição se identifica com 34,1% dos casos, seguida de Três Palmeiras (28,0%) e Salvador das Missões (27,8%). Em Veranópolis isso acontece em apenas 19,6% dos estabelecimentos.

Agricultura familiar e previdência social: envelhecendo na pobreza?

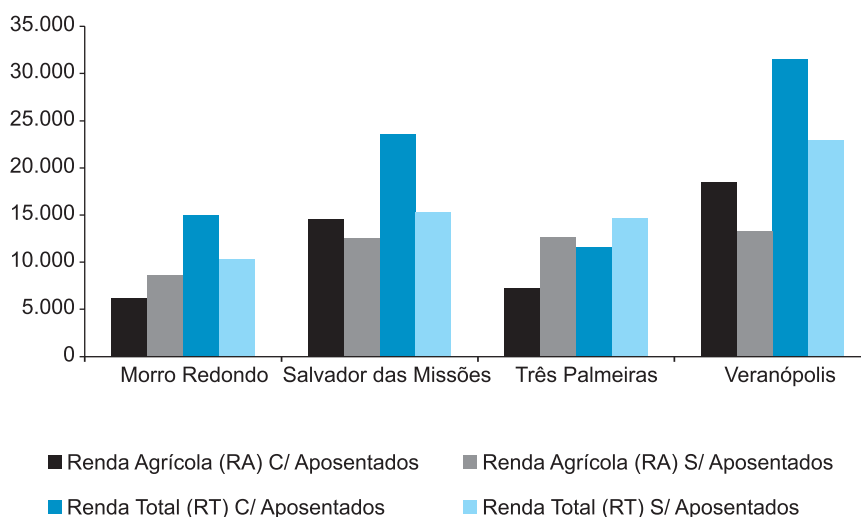


Figura 1. Renda Agrícola e Renda Total (média) nos estabelecimentos com e sem aposentados em cada um dos quatro estudos de caso.

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

Qual o percentual de explorações em que a renda de aposentadorias e pensões é superior à metade da renda agrícola? Na segunda linha da Tabela 6, nos é apresentada uma outra forma de analisar o caixa das famílias entrevistadas e de responder a essa questão. No caso de Três Palmeiras, essa situação incide em nada menos que 56,0% dos estabelecimentos pesquisados, situação quase idêntica a de Morro Redondo (56,1%), ao passo que em Salvador das Missões e Veranópolis isso se verifica em respectivamente 44,4% e 47,8% das explorações. A terceira e última linha da Tabela 6 apresenta o percentual de estabelecimentos em que a renda de aposentadorias e pensões é superior a 50% da renda total (conjunto de todas as rendas). Em apenas 10,9% dos casos, essa situação é constatada em Veranópolis. No extremo oposto, pelas mesmas razões apontadas anteriormente, em Morro Redondo e Três Palmeiras, onde as rendas em geral são muito mais baixas e comparativamente há escassez de alternativas extra-agrícolas que permitam incrementar o nível de ingresso econômico das famílias, a renda de aposentadorias é mais da metade da renda total em nada menos que respectivamente 29,3% e 28,0% dos estabelecimentos investigados. Em Salvador das Missões isso ocorre em 16,7% dos casos.

Tabela 6. Porcentual dos estabelecimentos com aposentados e/ou pensionistas em que a renda de aposentadorias e pensões é maior que a renda agrícola nos quatro estudos de caso.

Condição	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Renda de Aposentadorias e Pensões maior que a Renda Agrícola	34,1	19,6	27,8	28,0
Renda de Aposentadorias e Pensões maior que 50% da Renda Agrícola	56,1	47,8	44,4	56,0
Renda de Aposentadorias e Pensões maior que 50% da Renda Total	29,3	10,9	16,7	28,0

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

No último ano agrícola, o dinheiro da aposentadoria ou pensão foi utilizado, de alguma forma, na atividade agrícola? Essa é outra das grandes questões a que nos propomos responder neste trabalho e que foi igualmente apresentada aos nossos entrevistados. Os dados da Tabela 7 confirmam a hipótese originalmente formulada em outros estudos anteriormente referidos.

Em nada menos que dois terços dos estabelecimentos entrevistados de Veranópolis, os entrevistados informaram haver utilizado os recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias. Paradoxalmente, trata-se da localidade que apresenta as maiores rendas agrícolas, não agrícolas e totais entre todos os estudos de caso. No extremo oposto, em Três Palmeiras, onde o conjunto de rendas é absolutamente inferior aos demais municípios investigados, temos o mais baixo índice de respostas afirmativas sobre o financiamento das atividades agropecuárias por meio das aposentadorias e pensões. Tudo indica que seja esse um reflexo dos baixos níveis em que opera a reprodução social em grande parte dos estabelecimentos dessa localidade. Concretamente, a manutenção das famílias representa o destino primordial dos recursos previdenciários.

Em seu conjunto os dados da Tabela 7 põem por terra as conclusões de Biolchi (2002) em seu estudo sobre os efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. Mas, se é tão expressivo o uso dos recursos previdenciários no financiamento direto das atividades agropecuárias, qual seria exatamente a destinação primordial dessas rendas? Trata-se de uma questão importante, mas que trouxe certas dificuldades em obter a informação por parte dos entrevistados. Muitos deles guardam um grande receio e desconfiança em revelar o uso dos recursos por temerem sofrer algum tipo de represália por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social. Em alguns casos, segundo pudemos constatar, basta uma simples denúncia de um vizinho para que seja suspensa a concessão de um benefício de acidente de trabalho ou auxílio-saúde, caso o beneficiário esteja realizando alguma atividade remunerada, mesmo que esta se desenvolva no interior do próprio domicílio, como no caso da confecção de artigos da chamada “indústria doméstica rural” (bolos, doces, compotas, etc.). É por esse motivo que 26,4% dos entrevistados não precisaram a efetiva destinação dos benefícios previdenciários.

Tabela 7. Porcentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias.

Condição	Município			
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras
Houve o uso efetivo do recurso de aposentadorias no financiamento das atividades agropecuárias	48,8	66,0	45,9	40,0

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

Ainda assim, segundo indicam os dados da Tabela 8, o custeio das atividades produtivas é absolutamente preponderante entre os entrevistados. Essa resposta nos é formulada em 90,3% dos casos no Município de Veranópolis, em 100% dos casos em Três Palmeiras, 45,5% em Morro Redondo e 71,5% em Salvador das Missões. Em Morro Redondo, nada menos que 54,5% não souberam ou não quiseram informar a finalidade para o qual aposentadorias e/ou pensões foram utilizadas na exploração familiar.

Não houve um caso sequer em que existisse o uso desses recursos para financiar a compra de máquinas e/ou equipamentos. Uma das conquistas dos movimentos sociais e organizações de agricultores familiares é justamente impedir que os recursos previdenciários sejam contabilizados para fins de enquadramento nas faixas do Pronaf (A,B,C,D,E). Tudo indica que a renda de aposentadorias e pensões sirva para fazer frente a despesas correntes, agrícolas e não agrícolas, que as famílias contraem em seu cotidiano.

Tabela 8. Porcentual dos estabelecimentos que informaram o uso dos recursos previdenciários no financiamento das atividades agropecuárias, segundo a destinação preponderante.

Destinação dos recursos previdenciários	Município				Total
	Morro Redondo	Veranópolis	Salvador das Missões	Três Palmeiras	
Custeio de ativ. Produtivas	45,5	90,3	71,5	100,0	68,9
Compra de máq./equipamentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outra destinação	0,0	9,7	9,5	0,0	4,7
Não soube/não quis responder	54,5	0,0	19,0	0,0	26,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS (SACCO DOS ANJOS; SCHNEIDER, 2004).

CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa aqui relatados representam uma pequena parcela do universo de informações levantadas a campo no marco de um estudo que teve por premissa apresentar uma rigorosa aproximação sobre a diversidade de situações ocultadas no âmbito da agricultura familiar do Rio Grande do Sul. Inevitavelmente fica demonstrado o quão distintas podem ser as condições de existência social das famílias rurais gaúchas, muitas das quais dependem, não apenas da generosidade dos frutos da terra e da boa vontade das condições climáticas, mas de um amplo leque de estratégias, sejam elas de natureza agrícola ou não agrícola. O mérito indiscutível dos novos estudos

sobre o rural brasileiro é justamente demonstrar a grande contribuição da previdência social rural na preservação do tecido social e produtivo de um grande número de localidades brasileiras, tal qual se buscou aqui evidenciar nos quatro estudos de caso realizados no marco desta pesquisa.

Entre as conclusões fundamentais deste trabalho, que permitem aprofundar o debate sobre as interfaces da seguridade social, é justamente reafirmar o que outros estudos já haviam alertado, qual seja, o fato de que aposentadorias e pensões vêm sendo utilizadas para indiretamente financiar a agricultura. A pesquisa aqui descrita adotou como período de referência das informações coletadas o ano agrícola 2001-2002. Tudo indica que essa proporção seria sensivelmente acrescida se houvesse sido realizada na atual conjuntura. A seca que recorrentemente vem assolando os campos do Rio Grande do Sul, e de outras localidades do Brasil meridional nos últimos anos, certamente determina uma dependência ainda maior das chamadas “fontes sociais” para enfrentar tais dificuldades e desafios.

Torna-se fundamental avançar no debate sobre essas questões num momento que coincide com a retomada das discussões em torno das reformas no sistema de seguridade social, transcorridos apenas dez anos desde que as mudanças foram efetivamente implementadas, cujos impactos foram decisivos sobre o conjunto da população rural brasileira. Mesmo entre localidades com alto Índice de Desenvolvimento Humano, a previdência social é um dos grandes esteios da economia local. Para municipalidades submetidas a condições exatamente opostas, a previdência ergue-se como instrumento por meio do qual se torna possível garantir a permanência de pessoas no campo e nos pequenos municípios brasileiros. A expectativa de conquista desse direito de aposentadoria faz com que muitas famílias, ao longo de seu ciclo vital, incorporem a questão da previdência nos quadros de referência que orientam suas respectivas escolhas e estratégias de sobrevivência.

AGRADECIMENTOS

Aos agricultores familiares que disponibilizaram as informações aqui analisadas, ao CNPq pela concessão de bolsa de estudos e financiamento da pesquisa, bem como à Capes pela concessão de bolsa de doutorado-sanduíche via convênio Capes-DGU (Cooperação Brasil – Espanha).

REFERÊNCIAS

- BALSADI, O. V. O comportamento das ocupações na agropecuária brasileira no período 1999-2003. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 9, 2005.
- BANDEIRA, M. D. Componentes da dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul: fecundidade e mortalidade. In: ACCURSO, J. (Coord.). **O Rio Grande do Sul e sua população**. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 89-126. (FEE. Documentos, 51).
- BIOLCHI, M. A. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural**: efeitos da implementação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais. 2002. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- BRASIL. Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 set. 1991a. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8212.htm>. Acesso em: 11 jul. 2005.
- BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 ago. 1991b. Disponível em: <www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>. Acesso em: 11 jul. 2005.
- CALDAS, N.V.; SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o impacto da previdência social na região missioneira gaúcha. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Brasília, DF: Sober, 2004. 1 CD-ROM.
- CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. (Ed.). **O novo rural brasileiro**: uma análise estadual: Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. v. 4,
- CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: IAPAR: ocupações rurais não-agrícolas. Londrina: Iapar, 2000. p. 153-173.
- CONTERATO, M. A. **A Mercantilização da agricultura familiar do Alto Uruguai/RS**: um estudo de caso no município de Três Palmeiras. 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- DAVID, M. D.; DAVID, A. C. A.; RODRIGUES, M. S.; ROLLO, P. A. Previdência Rural no Brasil: uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. In: SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE COMBATE À POBREZA RURAL NA AMÉRICA LATINA, 1999, Santiago, Chile. **Anais...** [Santiago]: Rimisp: Fao: Cepal, 1999.
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro**: 1981-1995. 1999. 222 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de Campinas, Campinas.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. (Org.). **Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**: Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. 58 p. (Ipea.Texto para Discussão, 734).

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR., J. C. **O Idoso e a Previdência Rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

FEE. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser-RS. Estatísticas FEE. **PIB e PIB per capita a preço de mercado**: 2001; Disponível em: < http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh_pib_nova.php?serie=1999-2001>. Acesso em: 7 mar. 2006.

FRANÇA, A. S. **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 2. ed. Brasília, DF: Anfip, 2000. 243 p.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas**: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do alto Uruguai/RS. 2004. 306 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

INCRA. Sade. **Banco de dados da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp>>. Acesso em: 29 fev. 2004.

PROJETO CUT–CONTAG. **Desenvolvimento e Sindicalismo Rural no Brasil**. São Paulo, 1998. 193 p.

RADOMSKY, G. F. W. **Redes Sociais de reciprocidade e de trabalho**: as bases histórico-sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha. 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SACCO DOS ANJOS, F. **A agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba, Santa Catarina. Pelotas: Editora da UFPel, 1995. 169 p.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: Egufpel, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (Org). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1, p. 186-212.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Desarrollo Territorial y seguridad alimentaria: análisis de la experiencia del Proyecto DTRSA. In: MANZANAL. M.; NIEMAN; G. (Org.). **Desarrollo rural**: organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Fundación Centro Integral Comunicación, Cultura y Sociedad, 2006a. p. 315-337.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; GRISA, C.; NIEDERLE, P. A.; SCHNEIDER, E. P. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância econômica do autoconsumo na agricultura familiar meridional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Brasília, DF: Sober, 2004. 1 CD-ROM.

N. V. Caldas e F. S. dos Anjos

SACCO DOS ANJOS, F.; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade**: emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul. [Porto Alegre]: [CNPq; UFPel; UFRGS], 2004. 50 p. Relatório de Projeto de Pesquisa AFDLP-CNPq/UFPel/UFRGS.

SARACENO, E. Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus local economy approach in Italy. **European Review of Agricultural Economics**, Amsterdam, v. 4, n. 1, p. 451-474, 1994.

SARACENO, E. Recent Trends in Rural Development and their Conceptualization. **Journal of Rural Studies**, London, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994a.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 205 p.

SCHWARZER, H. Paradigmas de Previdência Social Rural: um panorama da experiência internacional. **Planejamento e Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 119-163, jun. 2001.

SEYFERTH, G. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p. (Coleção Documentos Brasileiros).

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 23-56.

WENZEL, E. G. **Memória e identidade teuto-brasileira em Cerro Largo, Rio Grande do Sul**. 1997. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.